

EDUCAÇÃO E TRABALHO FLEXÍVEL: UMA BREVE REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Rodrigo Mazucato¹

Orientador: Prof. Dr. Renan Araújo

O mundo contemporâneo tem sofrido uma constante fragmentação do trabalho com intensa repercussão na vida pessoal do trabalhador. Com isso, temos que a formação/educação, na sua forma utilitária, corrobora à compreensão de uma visão de mundo correlata a essa percepção da realidade social e de trabalho. Esta formação/educação, ao contrário de afirmar valores sociais e éticos, sobretudo no que diz respeito à sociabilização, família, comportamentos, relacionamentos, desconstrói parâmetros éticos/morais elementares à sociabilidade, deformando, por assim dizer, o próprio caráter do trabalhador enquanto homem genérico. Há uma concepção que propaga a idéia de que a educação é responsável por garantir a inserção no mundo do trabalho e a ascensão profissional. Esta concepção é disseminada em documentos como o Relatório Dellors que chega a culpabilizar a educação e os próprios trabalhadores pela sua situação de desempregados, uma vez que não se especializaram, não se qualificaram e, por conseguinte, não estão aptos para o mercado de trabalho. O fato é que o mundo do trabalho flexível exige uma constante readequação e captura da subjetividade do indivíduo que trabalha, tornando-o polivalente e inteiramente subserviente aos interesses do capital.

INTRODUÇÃO

¹ Curriculum Vitae: Graduado em história pela FAFIPA – Faculdade Estadual de Educação, Ciências e Letras de Paranavaí – PR. Linha de pesquisa: Trabalho e Educação, tendo realizado dois projetos de iniciação científica no decorrer da graduação, intitulados respectivamente como **Karl Marx e a formação da Consciência operária: uma discussão sobre trabalho assalariado e capital & salário, preço e lucro** e o presente trabalho (mais amplo do que a presente versão) **Educação e Trabalho Flexível: uma breve revisão Bibliográfica**. Pós-graduado (lato sensu) em **Gestão Escolar** e pós-graduando (lato sensu) em **Educação Especial**. Aspirando no momento especialização (strictu sensu) na linha de pesquisa enunciada acima.

O mundo contemporâneo tem sofrido uma constante fragmentação do trabalho com intensa repercussão na vida pessoal do trabalhador. Com isso, temos que a formação/educação, na sua forma utilitária, corrobora à compreensão de uma visão de mundo correlata a essa percepção da realidade social e de trabalho. Esta formação/educação, ao contrário de afirmar valores sociais e éticos, sobretudo no que diz respeito à sociabilização, família, comportamentos, relacionamentos, desconstrói parâmetros éticos/morais elementares à sociabilidade, deformando, por assim dizer, o próprio caráter do trabalhador.

O fato é que o capitalismo flexível impõe uma noção curta sobre o tempo. Tal realidade incide determinantemente nas experiências dos indivíduos de modo geral, relegando-as a viver em uma noção constante de curto prazo, prejudicando o seu crescimento e maturação interior.

As novas formas de acumulação são regidas exclusivamente pelo mercado que impõe cada dia mais um ritmo acelerado à produção. Logo, tem mais chance de sobrevivência aquele que se adapta às mudanças e às novas tendências de vida e de trabalho. Por outro lado, num sistema onde o estado é mínimo ou assistencialista, a noção de vida coletiva encontra-se subordinado ao privado. Neste caso, e por isso mesmo, o individualismo se configura como sendo a característica social predominante do mundo contemporâneo.

A moderna ética do trabalho flexível enfatiza a idéia de equipe, porém, conforme procuraremos demonstrar, a noção de coletivo caracteriza-se por uma superficialidade degradante. As pessoas sentem falta de relações verdadeiramente humanas e duráveis, relações para além do capital. O trabalho em equipe obriga os indivíduos a manipularem comportamentos e aparências geradoras de atitudes que escamoteiam a realidade social.

Diante disso é preciso promover uma educação para além do capital. Antes, porém, é preciso ressaltar que a educação é aqui entendida num sentido amplo. Ou seja, não se refere à educação escolar apenas, mas, sobretudo, àquela que caracteriza o processo vital de existência do homem; em suma, a sua consciência do real.

A educação deve ser entendida, então, como disseminação de idéias que incidem na vida dos homens e ao mesmo tempo deles partem, num movimento com o mundo concreto, gerando compreensão e condição de ação. Mas o resultado deve ser uma ação formulada a

partir de um ponto de vista emancipatório e não pautado no preceito subsumido das idéias capitalistas que vêem o homem apenas como um apêndice do capital. Por isso, cabe salientar que a necessária transformação das condições objetivas de manutenção da sociedade, são condições sociais que se encontram sob o domínio do capital. Esta é razão pela qual a educação entendida como estruturação consciente e social do ser, exige uma análise crítica do conjunto destas problemáticas.

É possível perceber que as novas tendências do mercado de trabalho têm formado um novo perfil de trabalhador. Este trabalhador se vê coagido a empenhar-se, demonstrar motivação e disponibilidade visando a manutenção do emprego. Essas novas tendências têm provocado inúmeras reflexões de pesquisadores que procuram compreender a concepção de educação/qualificação/capacitação profissional e as formas estranhadas da sociabilidade contemporânea.

Nesse sentido, a pesquisa aqui apresentada se justifica na medida em que identificamos esta realidade no contexto do mundo do trabalho contemporâneo, bastante afirmada, legitimada e interiorizada, mas pouco questionada. Tais questões carecem de análises que permitam decifrar alguns de seus fundamentos e o papel da educação na formação/qualificação/capacitação dos trabalhadores do mundo do trabalho contemporâneo, sobretudo no que diz respeito ao trabalho flexível.

No intuito de investigar as contradições fundantes da crise de sociabilidade e a “coisificação” das relações sociais decorrente de uma educação que individualiza e aliena, bem como no que se configura o trabalho flexível, se justifica o desenvolvimento desta pesquisa.

O processo teórico proposto pelo materialismo histórico e dialético é a concepção que fundamentará esta pesquisa na medida em que possibilita uma análise crítica, e cuja investigação histórica e filosófica procura compreender a realidade social em sua totalidade. Ao mesmo tempo, sugere a necessidade da transformação social identificada como “mais adequada”, e que devem ser formados em conteúdos “mais adequados”.

Antes de desenvolver de forma mais aprofundada a temática aqui proposta, é importante, ainda nesta introdução, indicar brevemente o tema que vai permear todo o desenvolvimento da pesquisa, a saber; a acumulação flexível. Pois, o impulso da mundialização

do capital constituiu um novo complexo de reestruturação produtiva, inaugurando assim, a chamada acumulação flexível do capital. (HARVEY, 1990 in ALVES, 2007).

A denominada acumulação flexível se caracteriza, como uma nova ofensiva do capital que a partir da produção, porém, com contundentes reflexos nas relações sociais, objetiva recompor taxas de lucro indispensáveis à valorização/acumulação, perpetuando com isso o poder do capital sobre o trabalho assalariado.

1 – TOYOTISMO E ACUMULAÇÃO FLEXÍVEL

O toyotismo teve sua gênese histórica no Japão nos anos 1950, mas adquiriu dimensão universal na década de 1980 e 1990 por meio da mundialização do capital, dando base para uma acumulação flexível do capital e tornando-se um valor universal, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial no que diz respeito à concorrência e valorização do capital que entra em crise nos anos 1970.

Giovanni Alves diz que o toyotismo é uma construção decorrente de um processo de intensa luta de classes, onde ocorreram notáveis derrotas operárias, o que abriu espaço para a implementação de uma nova organização no mundo do trabalho. (ALVES, 2007, p. 60). Chama atenção ainda para o detalhe de que o toyostismo não se constituiu como um modelo puro de organização da produção capitalista, mas que articula-se com formas pretéritas de racionalização do trabalho, como o fordismo e o taylorismo. (ALVES, 2007, p. 59).

Mas qual a relação entre fordismo/taylorismo e toyotismo?

O toyostismo é o sistema mais adequado para uma época em que o capitalismo sofre uma crise de superprodução. Seu objetivo principal é “articular a continuidade da racionalização do trabalho com as novas necessidades da acumulação capitalista numa etapa de crise de superprodução.” (ALVES, 2007, p. 62).

E ainda,

“Ao assumir um valor universal, o toyotismo passou a mesclar-se, em maior ou menor proporção, as suas objetivações nacionais (e setoriais), com outras vias de racionalização do trabalho, capazes de dar maior eficácia à lógica da flexibilidade. É por isso que a instauração do toyotismo articula, em seu processo, uma continuidade/descontinuidade com o taylorismo/fordismo, a via predominante de racionalização pretérita do trabalho.” (ALVES, 2007, p. 61).

É importante salientar que os três sistemas buscam fazer utilização do trabalho vivo e se preocupam com o elemento subjetivo no processo de produção capitalista. Porém, ao contrário do que parece, no fordismo/taylorismo o homem produtivo tem muito mais possibilidade de pensar, sobretudo depois de ter superado a crise de adaptação.

O contrário acontece no toyotismo, onde novos dispositivos organizacionais implantados – o just-in-time e o kanban – exigem a interferência do homem e de sua capacidade reflexiva na produção. Ou seja, ele não fica simplesmente fazendo peças com as mãos e pensando em outras coisas. No toyotismo instaura-se um processo de captura da subjetividade do homem pelo capital, pois o cérebro dos operários e dos empregado não está mais livre, como no taylorismo/fordismo. (ALVES, 2007, p. 63-66).

“Enquanto que no taylorismo/fordismo, como observou Gramsci, “só o gesto físico mecanizou-se inteiramente, no toyotismo, a mecanização atinge corpo e mente do homem produtivo. (...) O que significa que a solicitação da inteligência, da fantasia e da iniciativa do trabalhador se dá no interior de uma nova rotinação do trabalho.” (LOJKINE, 1995 in ALVES, 2007, p. 64).

Sobre esse furto da capacidade mental do homem, vale citar o Relatório Jacques Dellors para a educação (1996). Ele anuncia que cabe à educação formar o indivíduo para o saber-fazer e criar nele uma pré-disposição para uma constante adaptação (e talvez conformação) com as mudanças que ocorrem no mundo (mundo capitalista).

Afirma-nos o autor que “a educação deve transmitir, de fato, de forma maciça e eficaz, cada vez mais saberes e saber-fazer evolutivos, adaptados à civilização cognitiva, pois são as bases das competências do futuro. (...) À educação cabe fornecer, de algum modo, os

mapas de um mundo complexo e constantemente agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele.” (DELLORS, 1996, p. 1).

Mas na prática o que se verifica é o contrário do que anuncia o Relatório Dellors, pois os trabalhadores no mundo do trabalho flexível parecem não utilizar tanto assim sua capacidade racional reflexiva voltada à especialização, uma vez que os operários se tornam pluri-especialistas. A polivalência, tão cara ao toyotismo, indica esse assalto à capacidade mental do trabalhador. À medida que ele se encontra incumbido de fazer muitas coisas, não é um especialista em nada. Logo, não passa de uma polivalência vazia. É um trabalho tão fragmentado como no fordismo e taylorismo.

“O trabalho ampliado dos operários ‘pluri-especialistas’ resulta tão vazio, e tão reduzido à pura duração, como o trabalho fragmentado. Portanto, tal como o taylorismo e o fordismo, o objetivo supremo do toyotismo (ou da Produção Enxuta) continua sendo incrementar a acumulação do capital, pelo aumento da produtividade do trabalho, o que o vincula à lógica produtivista da grande indústria, que dominou o século XX. Ele pertence, tal como o taylorismo e fordismo, ao processo geral de racionalização do trabalho (e, portanto, de sua intensificação) instaurado pela grande indústria.” (ALVES, 2007, p. 65).

Renan Araújo fez uma pesquisa relevante que perpassa, entre outros aspectos do mundo do trabalho flexível, a questão da polivalência do trabalhador. Ao estudar o novo perfil metalúrgico do ABC constatou que uma empresa automobilística passou por este processo de reestruturação, tanto organizacional quanto de produção. Assim ele analisa:

“O novo, revelador dessa nova forma de flexibilização da força de trabalho, é que não existe mais o posto individualizado de trabalho. Ao mesmo tempo, após drástica redução de pessoal, conforme mostramos anteriormente, a equipe pertencente à manufatura celular passou a ser composta por operários multifuncionais (...)” (ARAÚJO, 2009, p. 150).

Para reforçar e ilustrar as considerações feitas acima, vale destacar o depoimento de Moisés², contido na tese de Araújo:

² Alguns depoimentos fazem parte da composição da tese de Renan Araújo, onde o autor, por meio deles, busca reforçar e ilustrar seus argumentos.

“Nessas mudanças (...) eu era operador de máquinas, hoje sou obrigado a operar, preparar, controlar e fazer TPM (manutenção preventiva total), que são pequenos reparos... **hoje você tem que fazer tudo**”. (ARAÚJO, 2009, p. 151, grifo do autor).

Essa captura da subjetividade se dá de diversas formas. Uma delas é o discurso do gerenciamento pós-moderno, impregnado no espírito toyotista, que busca tratar os operários e empregados como “colaboradores”. O ambiente de trabalho se tornou um campo de constante aprendizado e cooperação.

O eixo central das inovações organizacionais do novo complexo de reestruturação é a captura da subjetividade pela lógica do capital. Conforme afirma Giovanni Alves, “é a constituição de um novo nexos psicofísico capaz de moldar e direcionar ação e pensamento de operários e empregados.” (ALVES, 2007, p. 120). O que a estrutura toyotista busca capturar não é apenas o saber e o fazer dos trabalhadores, mas sua disposição intelectual-afetiva e constituí-la no sentido de cooperar com a lógica da acumulação. (ALVES, 2007, p. 120).

No toyotismo cria-se um ambiente constantemente desafiador em que o espírito do trabalhador não é dispensado como no fordismo, pelo contrário, ele é integrado com suas iniciativas nos objetivos de produção. Nesse sentido, a polivalência se apresenta como um aspecto educativo a serviço da acumulação do capital. Sob o toyotismo, o trabalhador é obrigado a pensar e colocar seu pensamento a serviço da acumulação do capital. Se no fordismo a integração do homem era mecânica, na nova configuração da acumulação a subordinação passa a ser também intelectual. (ALVES, 2007, p. 122).

O fato é que no toyotismo não basta produzir, exige-se que se agregue valor à mercadoria por meio da intervenção do trabalhador e sua capacidade cognitiva. Não é sem razão que o espírito toyotista está inscrito no discurso da nova pedagogia (saber-fazer, saber-usar e saber-comunicar). (ALVES, 2007, p. 123).

Existe uma condição para que esta captura ocorra: o consentimento. A acumulação do capital aparentemente não é agressiva. Provocando repulsa talvez não seria possível seguir adiante. A manipulação é sutil. O capital tem se configurado de forma a promover o consentimento de modo que não haja espaço para resistência e conflito.

Renan Araújo, ao analisar as novas formas de acumulação do capital com base na empresa em que usou como exemplo, observa que ela “agiu no sentido de construir um ambiente que, sendo menos conflitivo, possibilitasse construir um consentimento operário, um espírito participativo/colaborativo capaz de respaldar, de dar suporte às suas ações e aos seus objetivos”. (ARAÚJO, 2009, p. 158).

O Relatório Dellors está em sintonia com esse espírito de mudança e atualização constante. Não há um tempo específico para adquirir conhecimento. É necessário estar aberto às mudanças e ter disposição de se atualizar sempre:

“À educação cabe fornecer, de algum modo, os mapas de um mundo agitado e, ao mesmo tempo, a bússola que permita navegar através dele. (...) Não basta, de fato, que cada um acumule no começo da vida uma determinada quantidade de conhecimentos de que possa abastecer-se indefinidamente. É, antes, necessário estar à altura de aproveitar e explorar, do começo ao fim da vida, todas as ocasiões de atualizar, aprofundar e enriquecer estes primeiros conhecimentos, e de **se adaptar a um mundo em mudanças.**” (DELLORS, 1996, p. 1 e 2, grifo nosso).

Percebemos que *atualização, mudanças, adaptação* são termos constantemente encontrados no Relatório Dellors. Trata-se de uma educação utilitária que visa atender as novas exigências do capital.

A todo o tempo o Relatório sugere que a educação deve ser uma educação para a vida e conquistada ao longo da vida. Não há um tempo próprio para isto, é preciso estar sempre se atualizando e – ao que o Relatório parece sugerir nas entre-linhas – tornar-se uma força de trabalho contratável a todo tempo. As conseqüências disso é um cotidiano totalmente rendido ao capital, onde a única preocupação daqueles que vivem da sua força de trabalho é buscar aprimoramento para alcançar um lugar onde possa vender o seu produto ou, no caso daqueles que já tem um posto de trabalho, mantê-lo.

2 – O RELATÓRIO DELLORS E O MUNDO DO TRABALHO CONTEMPORÂNEO

Qual a importância de determinados documentos como o Relatório Dellors para o processo de acumulação e novas tendências do capital? Trazer à luz o que está implícito e

alcançar o que está no interior desses documentos é um trabalho difícil. O problema é que a educação é revelada como sendo neutra, como condição para a estabilidade social e desenvolvimento, sem ser apontadas as suas contradições.

O Relatório Dellors reproduz um discurso que visa a reprodução do capital. Se configura, então, em um documento sobre educação que trás subsumida a sua real intenção. No decorrer deste trabalho já foram apontados alguns aspectos do documento em discussão, mas vejamos alguns exemplos que dão base às afirmações feitas a pouco:

“Aprender a conhecer e **aprender a fazer** são, em larga medida, indissociáveis. Mas a segunda aprendizagem está mais estreitamente ligada à questão da formação profissional: **como ensinar o aluno a pôr em prática os seus conhecimentos e, também, como adaptar a educação ao trabalho futuro** quando não se pode prever qual será a sua evolução? É a última questão que a Comissão tentará dar resposta mais particularmente.” (DELLORS, 1996, p. 4, grifo nosso).

Percebemos que o objetivo da Comissão parece ser elaborar estratégias educacionais que atendam a evolução do mundo do trabalho. A dúvida de que não se sabe qual a nova configuração do mundo do trabalho é sanada logo adiante quando o relatório revela conhecimento sobre a reestruturação e as novas formas de acumulação ao citar os trabalhadores vigiando e dando comandos a máquinas e a importância de se adaptar ao trabalho coletivo e liberar sua criatividade:

“As tarefas puramente físicas são substituídas por tarefas de produção mais intelectuais, mais mentais, como o comando de máquinas, a sua manutenção e vigilância, ou por tarefas de concepção, de estudo, de organização à medida que as máquinas se tornam, também, mais "inteligentes" e que o trabalho se ‘desmaterializa’. (...) No que se diz respeito ao pessoal de execução, a justa posição de trabalhos prescritos e parcelados deu lugar à organização em ‘coletivos de trabalho’ ou ‘grupos de projeto’. (...) Os empregadores substituem, cada vez mais, a exigência de uma qualificação ainda muito ligada, de seu ver, à idéia de competência material, pela exigência de uma competência que se apresenta como uma espécie de coquetel individual, **combinando a qualificação, em sentido estrito, adquirida pela formação técnica e profissional, o comportamento social, a aptidão para o trabalho em equipe, a capacidade de iniciativa, o gosto pelo risco.**” (DELLORS, 1996, p. 5, grifo nosso).

E não pára por aí. O Relatório também contempla discussão sobre o setor de serviços, ou seja, da “desmaterialização” do trabalho e da importância desses serviços entre as atividades assalariadas:

“Muitos serviços definem-se, sobretudo, em função da relação interpessoal a que dão origem. Podem encontrar-se exemplos disso tanto no setor mercantil que prolifera, alimentando-se da complexidade crescente das economias (especialidades muito variadas, serviços de acompanhamento e de aconselhamento tecnológico, serviços financeiros, contabilísticos ou de gestão), como no setor não comercial mais tradicional (serviços sociais, ensino, saúde, etc.). Em ambos os casos, as atividades de informação e comunicação são primordiais; dá-se prioridade à coleta e tratamento personalizado de informações específicas para determinado projeto. Neste tipo de serviços, a qualidade de relação entre prestador e usuário depende, também muito, deste último. Compreende-se, pois, que o trabalho em questão já não possa ser feito da mesma maneira que quando se trata de trabalhar a terra ou de fabricar um tecido. (...) **O desenvolvimento dos serviços exige, pois, cultivar qualidades humanas que as formações tradicionais não transmitem**, necessariamente e que correspondem à capacidade de estabelecer relações estáveis e eficazes entre as pessoas.” (DELLORS, 1996, p. 5, grifo nosso).

Mas, afinal, qual o papel da educação no processo de desenvolvimento?

O Relatório Dellors coloca que é preciso maior flexibilidade (DELLORS, 1999, p. 17) e que o mundo tem se configurado na necessidade de atender a múltiplas atividades, onde cabe aos indivíduos se prepararem e se adaptarem a elas. (DELLORS, 1999, p. 40).

O documento diz que o não desenvolvimento em determinados países é devido à falta de massa cinzenta, mas percebemos que isso é colocado não em forma de denúncia à carência do conhecimento. O que no fundo é requerido é um saber-fazer, competências e habilidades.

Sobre este ponto vale destacar também a discussão de Harvey:

“A educação, o treinamento, a persuasão, a mobilização de certos sentimentos sociais (a ética do trabalho, a lealdade aos companheiros, o

orgulho local ou nacional) e propensões psicológicas (a busca da identidade através do trabalho, a iniciativa individual ou a solidariedade social) desempenham um papel e estão claramente presentes na formação de ideologias dominantes cultivadas pelos meios de comunicação de massa, pelas instituições religiosas e educacionais, pelos vários setores do aparelho do Estado, e afirmadas pela simples articulação de sua experiência por parte dos que fazem o trabalho.” (HARVEY, 2006, p. 119).

A educação tem sido julgada também como instrumento privilegiado para a correção das iniquidades cometidas pela sociedade do capital. Vejamos o que diz Dellors:

“O mundo atual é, muitas vezes, um mundo de violência que se opõe à esperança posta por alguns no progresso da humanidade. A história humana sempre foi conflituosa, mas há elementos novos que acentuam o problema e, especialmente, o extraordinário potencial de autodestruição criado pela humanidade no decorrer do século XX. (...) **Até agora, a educação não pôde fazer grande coisa para modificar esta situação real.**” (DELLORS, 1996, p. 6, grifo nosso).

3 – TRABALHO E EDUCAÇÃO: ALGUNS APONTAMENTOS

Hoje é possível verificar um alto nível de desemprego em toda parte do mundo. Isso se dá devido o fechamento de postos de trabalho ou transferência de serviços para empresas terceirizadas. A mídia e a classe empresarial apontam a baixa qualificação como responsável pelo aumento do desemprego estrutural e aumento dos trabalhos precários.

A concepção que propaga a idéia de que a educação é responsável por garantir a inserção no mundo do trabalho e a ascensão profissional tem se disseminado e culpabilizando a educação e os próprios trabalhadores pela sua situação de desempregados, uma vez que não se especializaram, não se qualificaram e, por conseguinte, não estão aptos para o mercado de trabalho.

Analisemos parte da reflexão de Eraldo Leme Batista³, pois o autor faz alguns apontamentos interessantes a respeito do tema e trás, inclusive, dados exemplificativos:

³ Ver artigo “Trasformações no Mundo do Trabalho e o Debate: Trabalho e Educação”, presente no livro “Trabalho e Educação, Contradições do Capitalismo Global”, p. 191.

“Organizações empresariais brasileiras como Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP) e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (CIESP) apontam como solução para resolver o problema do desemprego – que os trabalhadores se qualifiquem e que ocorra maior investimento na educação básica.” (BATISTA in FRIGOTTO, 2006, p. 202).

Esta idéia neoliberal, conforme podemos observar, supõe que a escola possa criar as condições necessárias para a empregabilidade. Mas a verdade é que o sistema produtivo tem criado um discurso ideológico que leva as pessoas a acreditarem que sua posição social se deve unicamente à falta de escolaridade e não às injustiças intrínsecas à própria sociedade do capital. (PARO, 2001, p. 23).

Esta visão, conforme observa José dos Santos Souza, reduz a educação apenas ao aspecto econômico:

“Decorre desta visão um reducionismo da concepção de educação, na medida em que se considera apenas seu aspecto econômico, desvinculando da política, da sociologia e da filosofia. Concebida unicamente como fator de produção, a educação é definida pelos critérios de mercado e sempre avaliada sob os parâmetros da relação custo-benefício, tendo como referência a valorização do capital.” (SOUZA, 2003, p. 184 in ARAÚJO; BATISTA, 2003, p. 184).

Isso nos leva à conclusão de que a responsabilidade da crise social é da classe burguesa e não dos trabalhadores, muito menos ainda da escola que tem função de dotar o indivíduo de conhecimentos historicamente acumulados pela humanidade e não de preparar mão-de-obra para as empresas. É claro que a escola faz parte deste contexto. Ela está inserida na sociedade e deve atendê-la e interferir em toda sua complexidade, mesmo na promoção da inserção do mercado de trabalho.

Contudo, há de se reconhecer que este não é seu fim último e que sua função vai muito além de educar para o capital, conforme já discutimos. A questão é que, embora a escola e a educação, de modo geral, se relacionem com estas questões, existem problemas maiores nestes contextos que muitas vezes são obscurecidas suas responsabilidades. São as políticas de inserção no mercado de trabalho. Elas já quase não existem mais.

O Estado se esquivava e deixava por conta da educação a responsabilidade de intermediar este processo. De fato, o empresariado reclama maior investimento na educação, mas seus objetivos são notadamente econômicos. Para eles, a educação parece estar ligada intimamente e quase que exclusivamente ao desenvolvimento econômico da nação. Nesse sentido, vale citar a observação de Souza quando percebe o que está por trás desta reivindicação empresarial: “Não se leva em consideração neste argumento que quem mais lucra com tais investimentos são as empresas privadas.” E baseado em Freitag (1986), continua dizendo que “o que há é uma socialização dos gastos educacionais, mediatizada pelo Estado, para atender os interesses do empresariado e do capital monopolista.” (SOUZA, 2003, p. 185 in ARAÚJO; BATISTA, 2003, p. 185).

Portanto, o que vemos é uma reivindicação do setor empresarial por maiores investimentos na educação única e exclusivamente para atender seus interesses de acumulação, uma vez que

“Esses investimentos em formação/qualificação da força de trabalho, no contexto da produção capitalista, não se materializam para atender os interesses da classe trabalhadora, no sentido de melhorar sua vida, com potencial emancipador, mas sim para tornar ainda mais eficazes as relações de dominação.” (SOUZA, 2003, p. 185 in ARAÚJO; BATISTA, 2003, p. 185).

Ainda sobre o aumento das taxas de desemprego serem atribuídas à não qualificação, vale recorrer a uma observação feita por Batista, 2006, que, com base na pesquisa de Segnini, discutiu a respeito da diminuição do setor bancário para mostrar que o problema não reside na desqualificação, mas no movimento natural e excludente do capital que se transmuta para lucrar mais e, com o advento do trabalho flexível, o emprego devidamente efetivo sofre em detrimento do enxugamento e imigração para o trabalho terceirizado, para as subcontratações e subempregos e diversas formas de trabalho que aumentam o lucro advindo da mais valia, deixam as empresas livres de encargos e responsabilidades empregatícias e conseqüentemente movem o mundo do trabalho para a precariedade.

Assim diz o autor:

“O desemprego de trabalhadores em decorrência do processo de reestruturação, acrescenta uma nova dimensão aos problemas sociais que já marcam há muito o Brasil: miséria, pobreza, não acesso à educação e saúde. Trata-se do desemprego de trabalhadores escolarizados e qualificados, como, por exemplo, ocorreu intensamente na última década com os bancários do país.” (SEGNINI, 2000, p. 26-27 in FRIGOTTO, 2006, p. 205).

Logo, o crescente desemprego em setores escolarizados e qualificados nos permite discordar das teses defendidas pela classe dos empresários.

“A categoria bancária (setor de trabalhadores com altos níveis escolares e qualificados) sofreu drástica redução de trabalhadores ao mesmo tempo em que ocorreu crescimento dos trabalhadores terceirizados, estagiários, etc.” (BATISTA in FRIGOTTO, 2006, p. 204).

Em seguida, Batista cita que, segundo Segnini, 2000, a categoria bancária no Brasil representava, em 1986, um milhão de trabalhadores, tendo caído este número para 497 mil em 1996. (BATISTA, 2006, p. 204).

Diante desta análise resta afirmar com Segnini que “a escolaridade e formação são condições necessárias, mas jamais suficientes para o desenvolvimento, já que apenas ações políticas concretas podem possibilitar tal desenvolvimento (SGNINI, 200, p. 39 in FRIGOTTO, 2006, p. 206).

Diante do desemprego estrutural que assola o mundo do trabalho, vale lembrar que faz parte da essência do capitalismo o desemprego, pois sem ele não há exército de reserva e sem exército de reserva não há concorrência entre a mercadoria chamada força-de-trabalho. Esta concorrência é necessária à medida que faz baixar os salários e consequentemente aumentar a mais valia.

“(…) há um excedente de força de trabalho, um exército industrial de reserva, escolarizado, disponível no mercado, que torna possível ao capital a

estratégia de descartar os ‘problemáticos’ e ‘inadaptáveis’, que transitam continuamente entre o emprego precário e o desemprego, constituindo-se num mecanismo de pressão sobre os trabalhadores que se mantêm no emprego.” (BATISTA, 2004, p. 149 In frigotto, 2006, p. 210).

O problema é que já não há políticas de emprego e renda como projeto para o desenvolvimento social, e isto sim, deve ser denunciado, pois tem recaído sobre os indivíduos a responsabilidade de se tornarem empregáveis, adquirindo competências e habilidades.

“Os desempregados devem buscar ‘requalificação’ e ‘reconversão profissional’ para se tornarem empregáveis ou criarem o auto-emprego no mercado informal ou na economia de sobrevivência. Estes compõem mais de um bilhão de pessoas no mundo e vivem o tempo todo procurando emprego. (FRIGOTTO, 1999, p. 15 in FRIGOTTO, 2006, p. 208).

Neste processo de mercantilização da educação, cabe aos educadores o papel de zelar por uma educação não meramente reprodutora dos interesses do capital, mas uma educação que propicie à sociedade o acesso a conteúdos estruturados a partir dos conhecimentos científicos historicamente produzidos pela sociedade, uma educação que desenvolva o senso crítico dos indivíduos e que promova sua emancipação dentro de uma perspectiva política de transformação social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A “substituição” – se assim pode ser dito – do fordismo pelo toyotismo não significa que houve um novo modo de organização societária, tampouco avanços no mundo do trabalho livres das mazelas do sistema capitalista. Mesmo com a diminuição das

hierarquias e maior participação do trabalhador na concepção do trabalho produtivo, não há supressão do estranhamento na era toyotista.

A desidentidade do indivíduo e o gênero humano, constatada por Marx, continua existindo e talvez de maneira mais intensa em muitos segmentos da classe trabalhadora japonesa. (ANTUNES, 1995, p. 41). O estranhamento próprio do toyotismo é aquele por meio da cooptação do saber e do fazer do trabalhador (ANTUNES, 1995, p. 42). Os sindicatos têm perdido aquela dimensão crítica, de controle e acompanhamento dos movimentos sociais, distanciando deles e aderindo a uma concepção acrítica de sindicalismo de participação e negociação, e essas direções dotadas de consciências que não vai para além do capital faz com que as formas ainda existentes de resistência encontrem barreiras ou falta de apoio na luta. (ANTUNES, 1995, p. 43).

A princípio, as novas estruturas no interior mundo do trabalho decorrente das novas formas de acumulação do capital parecem um progresso, algo que expressam evolução benéfica, porém, a verdade é que “a sociedade vê-se de repente retransportada a um estado de momentânea barbárie (...) E por quê? Porque a sociedade possui civilização em excesso.” (MARX E ENGELS, 1998). Tamanha contradição!

Ao longo do estudo foi possível perceber também que o trabalho flexível busca diminuir as distâncias entre capital e trabalho, incorporando o saber do operário e conseqüentemente aumentando os índices de qualidade e produtividade. Contudo, as contradições e os antagonismos de classes ainda se encontram presentes no interior do mundo do trabalho, uma vez que os objetivos do capital sempre serão contrários e agressivos à classe trabalhadora.

“(...) temos que as relações sociais à época da ‘sociedade global’ ainda são relações pautadas, por exemplo, no antagonismo de classes, pois, tal qual enfatizou Octavio Ianni (1993), se com a globalização alteraram-se alguns dos mecanismos, por outro lado se mantém intacta a lógica da organização social moderna, assentada na produção e na apropriação particular de excedentes: portanto, na contraditória relação capital-trabalho.” (ARAÚJO, 2009, p. 175).

Diante de tudo que até aqui foi discutido, encerramos com a passagem acima, pois nela o autor tece algumas considerações sobre a realidade do mundo do trabalho contemporâneo, trazendo aspectos sociais relevantes à compreensão de alguns dos inúmeros dilemas da sociabilidade de nossa época.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: 2007.

ARAÚJO, Renan B. O modo de vida “just-in-time” do novo perfil metalúrgico jovem-adulto flexível do ABC: antigos dilemas, novas contradições e possibilidades. Araraquara: 2009.

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Ed. Cortez. São Paulo: 1995.

BATISTA, Eraldo L. Transformações no mundo do trabalho e o debate: trabalho e educação in BATISTA, Roberto L. e GONZALÉZ, Jorge L. C. Trabalho e Educação – contradições do capitalismo global. Práxis, Maringá: 2006, p. 191-213.

CORIAT, Benjamin, 1994 in ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: 2007.

DELLORS, Jacques; Educação: Um Tesouro a Descobrir, Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre a Educação para o Século XXI, 1996.

FRIGOTTO, 1999, p. 15 in BATISTA, Eraldo L. Transformações no mundo do trabalho e o debate: trabalho e educação in BATISTA, Roberto L. e GONZALÉZ, Jorge L. C. Trabalho e Educação – contradições do capitalismo global. Práxis, Maringá: 2006.

GORZ, André, 2005 in ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: 2007.

GRAMSCI, Antonio, 1984 in ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: 2007.

HARVEY, David, 1990 in ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: 2007.

HARVEY, David. Condição pós-moderna. 15ed. Ed. Loyola, São Paulo: 2006.

IANNI, Octávio, 1992 in ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: 2007.

LOJKINE, 1995 in ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: 2007.

LOJKINE, Jean, 1995 in ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: 2007.

MARX, 1996 in ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: 2007.

MARX, Karl, 1985 in ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: 2007.

MARX, Karl, 1996 in ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: 2007.

MÉSZÁROS, István. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. Ed UNICAMO/Boitempo Editorial. Campinas/São Paulo: 2002.

OHNO, Taiichi, 1997. ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. Marília: 2007.

PARO, Vitor Henrique. Escritos sobre educação. São Paulo: Xamã, 2001.

SEGNINI, 2000, p. 26-27 in BATISTA, Eraldo L. Transformações no mundo do trabalho e o debate: trabalho e educação in BATISTA, Roberto L. e GONZALÉZ, Jorge L. C. Trabalho e Educação – contradições do capitalismo global. Práxis, Maringá: 2006, p. 205.

SOUZA, José dos Santos. A “nova” cultura do trabalho e seus mecanismos de obtenção do consentimento operário: os fundamentos da nova pedagogia do capital in ARAÚJO, Renan B. e BATISTA, Roberto L. Desafios do Trabalho – capital e luta de classes no século XXI. Londrina: Práxis; Maringá: Massoni, 2003. p. 173-200.

WATANABE, Ben, 1993 in ALVES, Giovanni A. P. Trabalho e Subjetividade: ensaio sobre o metabolismo social da reestruturação produtiva do capital. P. 135. Marília: 2007.